



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM TRECHO RURAL DO NOSSO MUNICIPIO, COM RECURSOS PRÓPRIOS DESTA MUNICIPALIDADE

1. INTRODUÇÃO

O Presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para execução de pavimentação poliédrica em arruamentos vicinais do município de Dois vizinhos – PR, neste projeto são contemplados serviços como pavimentação poliédrica, drenagem e outros, o que aumentará a vida útil dos pavimentos, melhora o fluxo de cargas e veículos e reduzindo o custo de manutenção das estradas vicinais e melhora comodidade e segurança aos usuários das vias rurais.

Com a nova Lei de Licitações o ETP este passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Tendo em vista que os itens escolhidos para contratação, saliento que estes são de utilização indispensáveis para a execução da obra em questão, para o qual a justificativa para a contratação, entretanto o estudo mostra outras análises que em outros momentos não eram realizadas quando da formalização do pedido de compra.

Este estudo poderá servir como parâmetro para as contratações formalizadas pelas diversas Secretarias Municipais que apesar de poderem encaminhar licitações sob a égide da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão se adaptar aos instrumentos de planejamento desde já. Este instrumento de planejamento está instruído de acordo com o art. 18 § 1º da NLLCA.

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A FUTURA CONTRATAÇÃO

Serviços de pavimentação

- NBR 7193 - Execução de Pavimentos de Alvenaria Poliédrica
- DER-ES-PA-01-23 Regularização do Subleito
- DER-ES-TE-06-23 Aterros
- Especificações de Serviços para obras de pavimentação poliédrica DER-PR



- DER-ES-DR-04-23 Dissipadores de Energia
- DER-ES-DR-05-23 Bocas e Caixas para Bueiros Tubulares
- DER-ES-DR-09-23 Bueiros Tubulares de Concreto
- DER-ES-DR-12-23 Dispositivos de Drenagem Pluvial Urbana
- DER-ES-DR-14-23 Limpeza e Desobstrução de Dispositivos de Drenagem

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da NLLCA)

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades, sem levar em consideração os veículos de outras localidades que transitam pelo no município além e claro e veículos que carregam a produção agrícola, a população e os usuários das vias buscam novas rotas trafegáveis afim de evitar os pontos de acumulo de trânsito, e o escoamento da produção a agrícola.

Sendo assim, como este recurso se trata exclusivamente de infraestrutura para pavimentos rurais, o município por sua vez viu a oportunidade de expandir a malha viária pavimentada rural do município, atendendo desta vez um conceito mais tradicional e econômico visando o maior atendimento da população em geral, melhorando através de pavimentação poliédrica a condição de tráfego do pavimento, diminuindo os custos com manutenção ou cascalhamento dos trechos previstos neste.

Neste projeto será atendido um trecho atendido que já possui revestimento em cascalho, possuindo leito estradal estruturada consolidada com sistema drenagem em vários pontos, porem necessitam um investimento para aumentar a vida útil da estrutura já consolidada e reduzir o custo com manutenções periódicas, saliento ainda que se caso não preservadas nesta fase, futuramente estes trechos apresentarão problemas estruturantes e demandarão maiores recursos para conserva-las ou reconstrui-las.

Portanto a escolha dos serviços de pavimentação poliédrica, representa economicidade, segurança e agilidade à população que transita por estes trechos objetos deste investimento, pois a mesma proporciona a população uma malha viária com uma estrutura de qualidade e que facilita o deslocamento e de celeridade a chegada aos destinos gerando economia ao usuário da via e ao município uma vez que melhorias na pavimentação aumentam a vida útil do pavimento, e gera economicidade ao deixar de executar serviços de reestruturação do pavimento em função do avanço do grau de deterioração.

Neste ainda podemos dizer que os locais escolhidos para as intervenções do empreendimento são de grande e importância para malha viária vicinal do nosso município, a região onde ocorrerá o empreendimento é uma grande e importante região de produção de grãos e outros produtos derivados do agronegócio, que depende de qualidade e velocidade para escoamento de produção e pessoas que trabalham de perímetro urbano, sendo assim com este projeto visamos além da manutenção do pavimento, melhorar o fluxo de escoamento de produtos e pessoas.

4. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR



No exercício de 2021, 2022 e 2023 o Município de Dois Vizinhos realizou licitações que tem o mesmo objetivo desta contratação, podemos citar a exemplo Tomada de preços 003/2023, Tomada de Preços 022/2021.

Vale ressaltar que todos estes processos licitatórios possuem a mesma metodologia construtiva propostas para esta obra, todos estes certames obtiveram êxito nos seus resultados licitatórios.

Neste ainda informamos que por se tratar de uma obra cujo a metodologia e baseada em normativos do DER PR, ficasse estipulado a utilização de referências de preços do próprios DER.

Para este certame ressaltamos que a planilha ORÇPav do Paraná Cidades sendo está baseada em exclusivamente sobre a metodologia de preços do DER PR com mês de referência de setembro de 2023 a mais atualizada até o momento

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da NLLCA)

Levando em consideram a intenção do projeto temos no mercado alguns soluções disponíveis porem em função dos custos algumas delas são inviáveis que a baixo serão expostas:

- Implantação de pavimentos asfálticos.

Saliento que neste caso são obras de custos mais elevados que necessitam de estudos mais aprofundados como a tipologia de solo, ensaios específicos de solo e outros sem contar que necessitam de levantamento topográficos, estudos hidrológicos e outros que podem ser além de demorados no processo custosos pois o município não possui equipamentos, laboratório, softwares que auxiliem na elaboração destes projetos.

- Implantação de pavimentos em concreto

Como este tipo de pavimento segue as mesmas premissas da pavimentação asfáltica encontramos os mesmos desafios, porem neste tipo de pavimento em concreto encontramos dificuldade em encontrar empresas que atuem e tenham qualificação técnica para execução deste tipo de empreendimento.

Portanto as metodologias acima descritas nos trazem que o alto custo da execução das obras e as dificuldades tecnológicas encontradas nestas metodologias, transformam o empreendimento inviável, pois como se tratam de trechos com baixo fluxo veicular o alto investimento se torna desnecessário.

Por este motivo a pavimentação poliédrica é a solução mais adequada neste caso, pois são revestimento com baixo custo de investimento, atendem a necessidade de deslocamento local e reduz o custo do município em relação a manutenção das estradas vicinais. A caráter de conhecimento hoje a pavimentação asfáltica tem custo aproximada de 140,00 R\$/m² em face a pavimentação poliédrica tem custos de aproximadamente de 65 R\$/m², somente esta diferença denota a adoção de metodologia mais econômica aos cofres públicos.

Vale ressaltar que por se tratar de uma via rural consolidada, o trecho não necessita intervenções de drenagem em grande escala uma vez que o trecho já possuir o sistema de drenagem consolidado, cabendo ao projetista a análise do sistema e sua funcionalidade e caso necessário sua complementação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da NLLCA)



A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço. A ART/RRT ou documento equivalente (Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica), por si só, não será aceita como acervo técnico profissional, pois não se caracteriza como um documento que comprove a execução de um serviço. As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com a Lei nº 14.133/2021, Obs.: Os serviços de maior relevância e valor significativo são as seguintes:

Tipo de Obras: **PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA.**

- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo exato a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, dê de este atenda o o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;
- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços. Deverá ser apresentado a relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, nº do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução;

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da NLLCA)

Baseamos as quantidades pretendidas em função de um levantamento prévio da área dos trechos a serem executados neste empreendimento, sendo que estipulamos as quantidades levando em consideração, outras obras similares já licitadas pelo município num total aproximado de 10.000,00 m2 de área de pavimentação.

Deve-se levar em consideração que o projeto técnico demonstrará o real custo do empreendimento, portanto os valores a cima poderão ser alterados em função das especificidades do projeto.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da NLLCA)

Salientemos que como este é um serviço rotineiro e que possui muita demanda em nossa regional, e em nossa região aqui possuímos várias empresas que prestam este tipo de serviço, portanto optamos por referenciar os preços pela orçpav do Paraná cidade que se baseia em preços praticados pelo DER – PR do mês de setembro de 20233



Informamos ainda que após este fizemos uma análise aos valores das licitações acima descritas, vimos que os valores apesar da disparidade de tempo não alteraram significativamente.

Portando valor estimado para a presente contratação de aproximadamente 65,00 R\$/m² levando em consideração que o trecho escolhido para o investimento possui em conjunto um total de 10.000,00 m² teremos um valor estimativo de contratação de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), já levando em consideração o BDI.

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu trecho de referência apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

9. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DE COTAS (art. 18 § 1º inciso VIII da NLLCA)

Neste caso por se tratar de pavimentos independentes entre si optamos pela separação por trecho a ser executado, cada trecho representará um lote destinto.

Porém não se pretende realizar a divisão dos serviços por meio de grupos, cotas ou lotes, em razão da natureza do objeto por se tratar de uma pavimentação, a separação dos serviços pode comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados, uma vez que várias empresas poderiam ser responsabilizadas por má execução de um grupo de serviços específicos.

Outro fator que colabora para que não haja subdivisão dos serviços em grupos específicos é que conclusão efetiva dos mesmos, pois atrasos de quais quer etapa pode acarretar em paralizações da obra em questão atrasos na conclusão de outras etapas executivas, o que compromete a funcionalidade da pavimentação a ser entregue a população.

Portanto sugerimos que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento de licitação previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo o setor administrativo responsável pela escolha da modalidade mais vantajosa. Porém recomendamos que a contratação já feita com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por lote.

Sendo que este formato de contratação não influencia na economicidade e mantém ainda a competitividade do mercado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da NLLCA)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa dès da escarificação do subleito até a pavimentação poliédrica e a sua sinalização, não necessitando outras contratações para que a obra possuía a devida funcionalidade.

Cabe ressaltar que caberá ao município executar obras de abertura de via e desobstrução da drenagem existente, podendo este ser executado em conjunto as obras, afins de diminuir os transtornos durante o período de execução dos trechos.



11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da NLLCA)

Tendo em vista os pontos acima levantados e as considerações e soluções propostas, que compreende na contratação da prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação poliédrica em trechos ruais do município, vimos que a solução proposta é a mais tradicional, econômica rotineira encontrada em nossa região, e que a médio prazo traz benefícios consideráveis tanto pra população quanto para os cofres do município uma vez que o município minimizará os custos com a manutenção periódica dos trechos.

Sendo assim esperasse que os trechos contemplados neste empreendimento, possuam um platô de rolamento adequado, para trânsito rural, que o mesmo possua a capacidade de escoar pessoas e cargas com melhor efetividade e economia uma vez que a pavimentação diminui o custo de manutenção veicular e manutenção periódica da estrada como um todo, além de contribuir para a segurança dos usuários da via.

Portanto pode-se dizer que é a solução adotada é a melhor do ponto de vista econômico, técnico e executivo levando em consideração o fluxo veicular das regiões do empreendimento, sendo esta obra imprescindível para que o município obtenha sucesso na qualidade de vida e no deslocamento de pessoas e produtos deste município.

12. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da NLLCA)

Informamos que a referida obra não está prevista no Plano Anual de Compras, por se tratar de uma necessidade esporádica, porem imprescindível, portanto, não previsto dentro do plano anual de compras desta municipalidade.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da NLLCA)

Não há necessidade de providências específicas.

O gestor, fiscal técnico e seu suplente e o fiscal administrativo designados para o contrato são servidores experientes, estarão lotados na secretaria de planejamento e não terão dificuldade na fase de execução contratual uma vez que este tipo de serviço é rotineiro e comum, sendo que os mesmos serão indicados no Termo de Referência desta contratação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da NLLCA)

Salientamos que a prestação destes serviços não impacta diretamente em questões ambientais, ou apresentam baixo impacto, e que somente medidas mitigadoras serão suficientes para assegurar o manejo ambiental da obra, a baixo descrevemos algumas questões de atenção.



- Obras de terraplanagem ou alteração do leito estradal ou ainda remoção de vegetação:

Saliento para esclarecimento, que a execução do empreendimento de pavimentação poliédrica se dará em trechos de estradas já existentes não sendo necessárias grandes intervenções, com terraplanagem, remoção de vegetação, ou outros que alterem o estado original do trecho.

- Resíduos gerados pela execução.

Quanto os resíduos gerados pela execução dos serviços salientamos que o único resíduo sólido gerado nestes serviços são lascas de pedra basáltica derivada do lascamento das pedras poliédricas, saliento que neste é responsabilidade da empresa contratada fazer a gestão e limpeza desses resíduos dando destinação adequada aos mesmos.

- Poluições.

Quanto a poluição durante a execução, saliento serão apenas dois tipos, a sonora, que pelo fato do serviço será executado em perímetro rural não afeta diretamente pessoas, e a emissão de monóxido de carbono que é derivado da queima de combustíveis, neste caso a contrata deve manter a manutenção de veículos e máquinas em dia afins de minimizar esses impactos

- Matéria prima (Pedra Basáltica)

Saliento que esta é o tópico mais importante, pois é a partir da pedra basáltica que a pavimentação poliédrica pode acontecer e a extração da mesma gera alguns impactos, e deve ser regulamentada, por este motivo a contrata deve adquirir ou extrair esta matéria prima de locais onde possui essa extração regulamentada pelos órgãos ambientais e comprovando a mesma através de documentação relativa.

Sendo assim mesmo não gerando impactos ambientais em grande escala com visto acima, e preocupada com a execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

15. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da NLLCA)

Da contratação do objeto deste ETP espera-se, que o pavimento executado apresente uma boa regularidade superficial, conforto e segurança aos usuários, melhorado assim a malha rural pavimentada, aumentando na vida útil dos pavimentos trabalhados, reduzindo assim os custos futuros com intervenções estruturais dos pavimentos, o custo de manutenção preventiva periódica, além disso esperasse melhorar significativamente capacidade de escoamento do fluxo veicular rural.

16. RELAÇÃO DE LOCAIS E TRECHOS A SEREM CONTEMPLADOS NESTE INVESTIMENTO.

- ESTRADA COMUNIDADE BARRA DO LAJEADO

- Trecho 01

- Coordenadas de Início: 299181.21 m E; 7146058.28 m S



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- Coordenadas Finais: 299566.92 m E; 7145674.76 m S
- Trecho 02
 - Coordenadas de Início: 299553.92 m E; 7145704.68 m S
 - Coordenadas Finais: 300428.77 m E; 7146173.96 m

17. ANÁLISE DE RISCO art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos começarem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.

Classificação da Probabilidade (P)
<i>Classificação</i>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<i>Classificação</i>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 -						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 Especificação suficiente para atender as necessidades da Instituição.			1 - Equipe de planejamento			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 – Pesquisa e preços adequados aos preços praticados pelo mercado e outros órgãos públicos.	2 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Adequação das especificações e/ou da pesquisa de preços.	1 – Equipe de planejamento
2 - Incrementar os meios de divulgação da licitação	2 - Equipe de planejamento

RISCO 02 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta		
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta		
DANO					
2. Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Especificação suficiente capaz de atender as necessidades da Instituição sem frustrar a participação dos licitantes na Licitação.			1 – Equipe de planejamento		
2 – Observação as legislações pertinentes em torno do objeto			2 – Equipe de planejamento		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferir ou não o pedido.			1 – Equipe de planejamento		
2 - Caso seja deferido o pedido, promover o cancelamento do certame para adequação do(s) item(ns) questionado (s).			2 – Equipe de planejamento		

RISCO 03 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta		
Impacto:	(x) Baixa	() Média	() Alta		
DANO					



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Interposição de recurso contra a proposta classificada, inicialmente, em primeiro lugar, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Analisar as propostas apresentadas e os demais documentos encaminhados ou solicitados para averiguação do atendimento das exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Receber o recurso e analisá-lo com base nos princípios norteadores da Licitação, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito do pedido e encaminhá-lo para a autoridade competente homologadora do certame.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação

RISCO 04

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Recusa da licitante homologada em assinar o Instrumento Contratual.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Prever no Edital e seus anexos a (a) penalidade (s) cabíveis, solicitando a apresentação de uma declaração de Exequibilidade da proposta, na fase de aceitação, se necessário.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Solicitar uma justificativa formal da referida licitante para a recusa	1 – Autoridade da licitação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 - Comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	2 – Autoridade da licitação
3- Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.	3 – Autoridade da licitação

RISCO 05 –	
(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato
Probabilidade: (x)	Baixa () Média () Alta
Impacto: ()	Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Inaptidão técnica para fornecimento de materiais	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Prever no Edital e seus anexos a exigência de atestado de capacidade técnica e especificação adequada dos materiais conforme normas técnicas vigentes.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Desclassificação da empresa licitante 2 - Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame. 3 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 2 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 3 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 06 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	() Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	() Alta
DANO					
Especificação genérica, que ocasiona falta de critérios na aceitação da proposta – Morosidade.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Nomeação adequada da equipe de planejamento de planejamento com conhecimento técnico do objeto			1 – Autoridade homologadora do certame 2 – Autoridade homologadora do certame		
2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.					
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 - Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido			1 - Autoridade da Licitação		

RISCO 07 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	() Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	() Alta
DANO					
Especificações utilizadas não espelham o usual de mercado, ou das contratações de outros órgãos e entidades da Administração Pública, o que acarreta dificuldade na realização de estimativa de preços.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 - Nomeação adequada da equipe de planejamento da contratação com conhecimento técnico do objeto			1 - Autoridade homologadora		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	2 - Autoridade homologadora
Ação de Contingencia	Responsáveis
Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido	1 - Autoridade da Licitação

RISCO 08 –

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO	
Inabilitação e/ou desclassificação de licitante por não atender as exigências do Edital.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prevê no instrumento convocatório as regras gerais e específicas de comportamento durante a sessão pública, celebração e gestão do contrato	1 - Equipe de Planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Inabilitar e/ou desclassificar a empresa com base nas regras estabelecidas no Instrumento Convocatório. 2 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 - Autoridade da Licitação 2 - Autoridade da Licitação

RISCO 09 –

()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato						
Probabilidade:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input checked="" type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Atraso na instalação e fornecimento dos materiais necessários ao início da prestação dos serviços.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Prever no Edital e seus anexos as exigências para entrega dos materiais e as sanções do não atendimento. 2 - Comunicar, formalmente, a contratada sobre o prazo para entrega dos materiais e das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.			1 - Equipe de planejamento 2 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.			1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato			

RISCO 10–						
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação <input checked="" type="checkbox"/> Execução do Objeto <input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato						
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Falhas na fiscalização administrativa que implique em responsabilização da Administração.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se			1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

RISCO 11–

- () Planejamento da Contratação
 (X) Execução do Objeto
 () Seleção do Fornecedor
 (X) Gestão do Contrato

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta
 Impacto: () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Não acompanhamento dos termos aditivos e cronogramas estabelecidos para execução do projeto, ocasionando morosidade e desperdício de recursos públicos.

Ações Preventivas

1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.

Responsáveis

1 - Gestor do Contrato

Ação de Contingencia

1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento dos prazos estabelecidos para execução da obra.

Responsáveis

1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 12–

- () Planejamento da Contratação
 (X) Execução do Objeto
 () Seleção do Fornecedor
 (X) Gestão do Contrato

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta
 Impacto: () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Comportamento inadequado de colaboradores da empresa prestadora de serviços no ambiente institucional.

Ações Preventivas**Responsáveis**



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 - Prever no Instrumento Convocatório a substituição do colaborador, a pedido da contratante, no caso de comportamento inadequado do mesmo.	1 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Solicitação de substituição do colaborador à empresa contratada.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 13–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
DANO						
Composição de custos incorreta, resultando em aditivos de valores e prazo.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Contratação de empresa especializada na formação de custos de obras e serviços de engenharia com expertise na área. 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Verificar os elementos que geraram o aditivo e apurar a quem lhe é atribuído a causa.			1 - Fiscal e Gestor do Contrato			

RISCO 14–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DANO	
Falhas no ateste definitivo; Autorização para efetuar pagamento por serviços mal prestados ou mal executados.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.	1 - Gestor do Contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir os que deram causa ao prejuízo apurado.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 15-	
()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO	
Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, bem como as consequências para os eventuais descumprimentos	1 - Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir a quem tenha dado causa ao ilícito.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Probabilidade de Ocorrência	Alta		Risco08,	
	Media	Risco03,		Rico 09,
	Baixa	Risco 13,	Risco 06, Risco 07, Risco 14	Risco 01, Risco 02, Risco 04, Risco 05, Risco 10, Risco 11, Risco 12, risco 14,
		Baixa	Media	Alta
Gravidade/Impacto				

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Fornecida pelo departamento de contabilidade a baixo segue a dotação orçamentaria para referida obra:

Órgão: 09 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE INTERIOR

Projeto ou Atividade: 26.782.0008.1047 ESTRADAS RURAIS

Conta da Despesa: 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte do Recurso: 04590 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

18. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art.

18 § 1º inciso XIII da NLLCA)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento deste produto, uma vez que entendemos que este serviço deve ser executado por empresa devidamente qualificada e com boas referências.

Dois Vizinhos, 09 de maio de 2024.

Juscelino Thomazi
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas